

CMDU - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE NOVA VENECIA ESTADO DO ESPIRITO SANTO

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE NOVA VENECIA

ATA DE REUNIÃO

No decimo oitavo dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às 18 horas na Câmara de Vereadores de Nova Venécia foi iniciada a primeira audiência pública para construção do Planmob – Plano de Mobilidade Urbana do Município de Nova Venécia, presentes o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Adelson Antonio Salvador, presença do Engenheiro Civil Doutor Vinicius Magalhães, do Representante do Ministério Público Doutor Lélío Marcarini, e da representante da SEDURB-ES, Milena Paraiso Donô, primeiro momento, foi, por parte do secretário do conselho de desenvolvimento urbano, feita a abertura da audiência, agradecendo aos presentes, justificando a ausência do Prefeito Municipal, pois o mesmo estava participando de uma agenda com o Governador do Estado em exercício, senhor Cesar Colnago que naquele momento, junto com o Secretário de Estado de Desenvolvimento e Urbanismo assinava convênio para recapeamento e drenagem da Avenida Guanabara, uma ação que irá melhorar a mobilidade da população, prosseguindo, e em poucas palavras, explicou o motivo da realização daquela audiência, uma vez que já havia sido realizada em tempos passados, outra audiência, naquela casa de leis, com os mesmos motivos, porém, nada havia sido registrado, assim, faz-se necessário que todos os passos para construção do plano de mobilidade seja precedido de audiências, reuniões com as comunidades, oficinas com os engenheiros e arquitetos e outros atores interessados no processo, para que em data próxima futura seja consolidado o

planmob, aproveitou-se o momento, para explicar que não seria realizada a composição da mesa e que se adentraria de imediato nas apresentações sobre o referido plano, e que em ordem falaria Doutor Vinicius Magalhães, Engenheiro Cível, formado pela UFES, Mestre em Ciências, de Planejamento de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia – IME, Doutor em Economia de Transporte e Ciências Viárias e Trânsito em Leibniz Universität Hannover- Alemanha, o Senhor Adelson Antônio Salvador, depois falaria o Vice prefeito do Município e presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano e em seguida a palavra seria franqueada aos presentes, assim nesse diapasão, a palavra foi passada ao Doutor Vinicius Magalhães, que iniciou falando sobre a reunião ocorrida em meados de 2015, onde, o Senhor Pascoal Paganoto, Jonas Caliman e Mauricio Salume representavam o Município de Nova Venécia, ressaltou sobre as pesquisas de trânsito, realizada pelos alunos do IFES – Campus Nova Venécia, e que os dados estavam sendo tabulados, salientou que os diagnósticos até então cooptados, estão sendo formatados, e adiantou também, sobre a importância da participação da população nas audiências e nas oficinas e reuniões que serão realizadas nas comunidades e bairros, falou sobre a sinergia e a interdependência existente entre, Estatuto da Cidade, Plano Diretor Municipal, Código de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo, assim sendo, após parametrização do Planmob e outros institutos legais e formais, o Doutor Vinicius Magalhães apresentou a situação evolutiva do êxodo rural e o agravante esvaziamento das vilas e patrimônio e conseqüentemente o crescimento e inchaço desordenado da cidade e suas conseqüências e negativas relacionadas ao trânsito e à mobilidade, nesse giro, fez uma explanação sobre o histórico do crescimento da frota de veículos automotores, o qual, hodierno chega ao índice de 0,48 (zero virgula quarenta e oito) unidade de veículo por habitante, e que esse índice, nos próximos vinte anos tende a se aproximar do incrível número de 1,0 (um) veículo por habitante, distendeu sobre os estudos e prognóstico levantado, e sobre as possíveis inserções que o município deve realizar para evitar um colapso urbano nos próximos anos tais como: construção de mais pontes e passarelas e passagens molhadas sobre o rio Cricaré, inversão de rotas em ruas e rodovias, inserção de sinalização horizontal e vertical, mudança no sistema de estacionamento, criação de faixas exclusivas para ciclistas e para ônibus, adequação de calçadas para melhorar a acessibilidade, melhoria no transporte

publico coletivo e privado, buscar promover o deslocamento de forma eficiente e equilibrada, repartir o bônus e ônus entre os atores e usuários dos transportes coletivos públicos, criar espaços públicos equilibrados, falou sobre a importância da valoração da preferência na hierarquia piramidal da acessibilidade e da mobilidade. Em seguida a palavra foi passada ao Presidente do Conselho de desenvolvimento urbano que iniciou sua fala apresentando o que era o plano de mobilidade, sua origem no inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, inciso VII do art. 2º e no , Estatuto da Cidade – Lei Complementar 10.257/2001, e na Lei 12.587 de janeiro de 2012, sua política principal, que é objetivação e a integração entre os diferentes modos de transporte, além da melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município, que tem principalmente por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, conforme descreve o artigo 2º da Lei em comento, falou também sobre as diretrizes do plano, sobre os modos de transporte e sua classificação, sobre as características e natureza dos serviços, assim como sobre infraestruturas de mobilidade urbana e sobre as definições de cada item que compõe o plano, explanou também sobre os direitos dos usuários, e sequencia fez uma demonstração, através de exposição fotográfica, da evolução da infraestrutura viária da cidade, demonstrando principalmente como o Município investiu para facilitar o trânsito, para acesso, de pedestres e veículos às duas margens do rio Cricaré, as mudanças de trânsito na avenida vitória, na avenida São Mateus, na construção da avenida Guanabara, fez digressões sobre as construções desordenadas dos bairros Margarete, Iolanda, Rubia, Monte Castelo, e em outros bairros da cidade, crescimento que, tivesse sido melhor analisados pelos chefes do executivo, poderiam ter sido evitados transtornos para a população e economizado recurso aos cofres públicos, encerrada as falas dos condutores daquela audiência, a palavra foi franqueada ao público presente, que se manifestou na voz do Diretor do Detran que inquiriu à opinião do Doutor Vinicius Magalhães sobre a municipalização do trânsito. O Engenheiro respondeu ao peticionado que existem pontos positivos e negativos na municipalização e que é um tema que deve ser

debatido e muito bem debatido, analisando custos operacionais, fixos e variáveis, e ressaltou que o Estado está desesperado para transferir para os municípios esse “abacaxi”, principalmente pelo custo de manutenção dos mesmos, inclusive com a criação de uma junta recursal – JARI, A segunda pergunta surgiu da Senhora Maria Da Penha Justiniano, portadora de deficiência e ex-presidente da Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência que questionou se já existe algum plano emergencial para melhoria da acessibilidade, se os transportes públicos coletivos iriam se adaptar para atender aos deficientes, realçou o projeto especial “mão na roda” implantado na grande Vitória, além de relatar sobre as dificuldades encontradas para acessar locais onde estão instaladas as maiorias das igrejas e dos prédios públicos. O Doutor Vinicius Magalhães foi enfático dizendo que não há nenhum plano emergencial e que lamentavelmente Nova Venécia é uma cidade cruel com os idosos, obesos e deficientes, quando olhada pelo ângulo topográfico e que entendia a situação da participante, e que a orientava a reativar a associação dos portadores de deficiência física e que ela deveria participar das reuniões e audiência indicando propostas para minimizar essas carências, em seguida a palavra foi servida ao Doutor Lelio Marcarini, Representante do Ministério Público do Município, que parabenizou pela iniciativa e fez analogia daquele momento com o de junho de 2002, criação da AGENDA 21, e cobrou, assim como o Arquiteto André, o porquê de não se estar, naquele momento, apresentando propostas para serem definidas pelos participantes daquela audiência, haja vista, que assim preconiza o “convite” enviado à comunidade, falou sobre a audiência que aconteceu em meados de 2015 e que aguardava alguma apresentação concreta sobre acessibilidade e mobilidade, e que não imaginava que pós reunião o município tinha se mantido inerte tanto tempo. Outras vozes se levantaram, como a dos vereadores Juarz Oliosí, Evaristo Miguel, da moradora Nalva, do representante da Secretaria de Obras de Barra de São Francisco, e se manifestaram sobre questões pontuais, não relevantes ao caso em tela, assim, foi solicitado aos mesmos, que enviassem as propostas via e-mail: planejamento@novavenecia.es.gov.br ou pelo telefone 027 3752 2256, ato contínuo, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que foi lida e assinada em lista de presença anexa.